



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**

**LEI MUNICIPAL Nº 1641/2025, de 23-07-2025**

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO  
MUNICÍPIO PARA O PERÍODO DE 2026 A 2029 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**ALEXANDRE ANTÔNIO VIEIRA – PREFEITO MUNICIPAL DE MORMAÇO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que o PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:**

**CAPÍTULO I  
DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL  
Seção I  
Dos objetivos e conceitos**

**Art. 1º** Esta lei institui o Plano Plurianual (PPA) do Município para os exercícios de 2026 a 2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma dos anexos desta Lei, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, manutenção das atividades do Município e para as relativas aos programas de duração continuada.

**§ 1º** O Plano Plurianual constitui-se em instrumento de planejamento de amplo alcance, cuja finalidade, é estabelecer a previsão dos programas e metas governamentais de longo prazo.

**§ 2º** As metas e programas a serem apresentados sob a forma de ações voltadas para a ampliação da capacidade produtiva do setor público e para o desenvolvimento socioeconômico, bem como para os programas de duração continuada.

**Art. 2º** Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

**I** - Programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**

objetivo comum pré-estabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

**II** – objetivo – declaração de resultado a ser alcançado que expressa, em seu conteúdo, o que deve ser feito para a transformação de determinada realidade;

**III** - Programa Finalístico: aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;

**IV** – Programa de Gestão e Manutenção de Serviços: é único para todos os órgãos e entidades da administração municipal reunindo as ações de planejamento, formulação, gestão, coordenação, avaliação ou controle das políticas públicas, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos;

**V** – Encargos Especiais do Município: programa de cunho orçamentário, que engloba ações de natureza financeira, não associáveis aos programas finalísticos ou ao programa de gestão e manutenção de serviço, não figurando na programação do PPA 2026-2029, sendo apenas considerado para fins de estabelecimento do cenário financeiro que orientará a fixação das metas dos demais programas;

**VI** - Ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;

**VII** - Produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;

**VIII** - Meta, quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

**Art. 3º** O Plano Plurianual do Município, constituído pelos anexos constantes desta Lei, será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e do Orçamento Anual.

**Parágrafo Único.** As metas e objetivos dos Anexos do Plano Plurianual serão identificados através da utilização dos projetos e atividades que vão compor as respectivas LDO e Leis Orçamentárias.

**Art. 4º** A programação constante do PPA será financiada pelos recursos da arrecadação própria dos órgãos da Administração Direta do Município, das operações de crédito, dos convênios, contratos ou instrumentos congêneres celebrados com a União, Estado ou outros Municípios, das transferências legais obrigatórias e, subsidiariamente, recursos de parcerias



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**

com a iniciativa privada.

**Seção II**

**Das Diretrizes para a elaboração dos Programas de Governo**

**Art. 5º** O PPA tem como diretrizes para o atendimento das ações do Governo Municipal:

- I** – A integração com o planejamento estratégico;
- II** – A valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;
- III** – Desenvolvimento Humano;
- IV** – Desenvolvimento Sócio Econômico;
- V** – Desenvolvimento Urbano e Rural;
- VI** – Saúde e Qualidade de Vida;
- VII** – Segurança Municipal;
- VIII** – Integrar os programas do Município com o Estado e União;
- IX** – Intensificar as relações com os Municípios vizinhos, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;
- X** – Governança, Transparência e Gestão.
- XI** – A participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;
- XII** – O equilíbrio nas contas públicas;
- XIII** – A excelência na gestão.

**Art. 6º** A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de Eficiência, eficácia, efetividade, publicidade e moralidade, em sua previsão e execução.

**CAPÍTULO II**

**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

**Art. 7º** O PPA reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de programas finalísticos e de gestão.

**§ 1º** Integram o PPA 2026/2029:

- I** – Consolidação da Despesa por Elemento;
- II** – Consolidação da Receita por Categoria Econômica;
- III** – Programa Ações e Metas;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**

- IV** – Despesa Detalhada;
- V** – Projetos e Atividades;
- VI** – Programas Órgãos e Unidades;
- VII** – Despesa por Função e Subfunção;
- VIII** – Despesa com Pessoal;
- IX** – Despesa por Categoria Econômica;
- XI** – RCL;
- XII** – Receitas.

**§ 2º** Para fins de apresentação da classificação da despesa no PPA considerar-se-á toda a estrutura programática, contendo órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa e ações.

**CAPÍTULO III  
DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS**

**Art. 8º** As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

**Art. 9º** Fica o Executivo Municipal autorizado a introduzir modificações no presente Plano Plurianual, no que respeitar aos objetivos, valores, às ações e às metas programadas para o período abrangido nos casos de:

**I** - conciliá-lo com as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional e poderá, para tanto:

- a) os objetivos associados aos Programas de Governo;
- b) adequar o valor global do programa;
- c) adequar vinculações entre ações orçamentárias e programas;
- d) revisar ou atualizar as metas;
- e) revisar ou atualizar os investimentos plurianuais.

**II - incluir, excluir ou alterar:**

- a) unidade responsável por programa e objetivos específicos;
- b) ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários previstos;
- c) indicadores e respectivas metas, em razão de impossibilidade de apuração; ou a necessidade de aprimoramento da mensuração de objetivos específicos;
- d) programas de gestão, manutenção e serviços, com vistas à



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**

melhoria da transparência, da eficiência e da qualidade das despesas a eles vinculadas;

- e) valor dos recursos não orçamentários;
- f) valor global do programa, em razão de alteração de fontes de financiamento com recursos não orçamentários;
- g) investimentos plurianuais.

**Art. 10.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de Lei Orçamentária e os respectivos quantitativos financeiros.

**Art. 11.** Os valores financeiros constantes desta Lei são referenciais e exemplificativos e deverão ser estabelecidos, em cada exercício, quando da elaboração dos orçamentos anuais, obedecidos os parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e de conformidade com as respectivas receitas previstas, consoante à legislação tributária em vigor à época.

**Art. 12.** O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício.

**§ 1º** A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas, poderá ocorrer diretamente por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias ou Lei Orçamentária Anual.

**§ 2º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado, em virtude de alteração na sua estrutura organizacional, a remanejar ações e respectivas metas, aprovadas pela presente Lei.

**Art. 13.** As prioridades e metas da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e extraídas dos Anexos desta Lei.

**CAPÍTULO IV  
DO ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO**

**Art. 14.** As políticas públicas representadas pelos Programas de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**

Governo serão acompanhadas e revistas, conforme a periodicidade dos indicadores, pelos órgãos a que se vinculem.

**§ 1º** A consolidação entre o planejamento e a execução, bem como a transparência das políticas públicas do Município e seu desempenho, serão realizadas pelo órgão contábil do Município.

**§ 2º** A fiscalização sobre a elaboração, avaliação, correção e transparência das políticas públicas é de competência da Unidade Central de Controle Interno do Município.

**Art. 15.** O Monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias do governo.

**Art. 16.** O Poder Executivo promoverá a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão das políticas públicas.

**CAPÍTULO V  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 17.** Caberá ao Poder Executivo, através de Decreto, estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2026 - 2029.

**Art. 18.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de primeiro de janeiro de dois mil e vinte e seis.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MORMAÇO  
23 DE JULHO DE 2025.

**ALEXANDRE ANTÔNIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**